



## Comissão de Direitos Humanos

### Parecer sobre o Projeto de Lei nº 102/2.025

#### Relatório

O Projeto de Lei Nº 102/2.025 que “Autoriza a cessão em comodato de imóvel urbano, em favor de entidade local, na situação e condições que menciona”, de autoria do Prefeito Municipal Velomar Gonçalves Rios, vem a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito nos termos do art. 30, do Regimento Interno desta Casa.

#### Fundamentação

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal que visa autorizar a cessão, em regime de comodato, de imóvel urbano pertencente ao Município de Catalão à Associação Amigos do Bem de Catalão Goiás, entidade privada sem fins lucrativos. O objetivo é permitir a instalação da sede social da associação e o desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

O imóvel em questão está localizado na Rua Rui Barbosa, no bairro Vila União, e possui área construída anteriormente utilizada como posto da Polícia Comunitária. A cessão ocorrerá por prazo de até 120 (cento e vinte) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período, sem ônus para qualquer das partes, conforme os termos descritos na proposta legislativa.

A proposta está em conformidade com a prerrogativa do Poder Executivo de disponibilizar bens públicos para fins sociais, observando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal.

Ao ser autorizada a utilizar o imóvel, a Associação Amigos do Bem de Catalão Goiás deverá assegurar que suas atividades estejam sempre em consonância com os princípios de promoção dos direitos humanos e do bem-estar social. A disponibilização de

*maius*

*[Signature]*



espaço adequado à entidade representa um passo significativo para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à cidadania e à inclusão social.

A modalidade de comodato, conforme regulamentação dos artigos 579 a 585 do Código Civil, é compatível com o objetivo da cessão, caracterizando-se como empréstimo gratuito de bem público, com uso específico e restrito à finalidade social prevista no estatuto da associação.

O artigo 2º, § 1º, da proposta estabelece que as benfeitorias realizadas pela comodataria não serão indenizadas pelo Município, o que está em consonância com a natureza jurídica do comodato. Da mesma forma, a cláusula de reversão prevista no artigo 3º garante a devolução do imóvel ao fim do contrato, com as eventuais benfeitorias incorporando-se ao patrimônio público, conforme dispõe o artigo 583 do Código Civil.

No tocante às despesas, estas poderão ser suportadas pelo orçamento vigente do Município, conforme previsão do artigo 4º, o que reforça a necessidade de planejamento e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Entretanto, cumpre destacar uma consideração relevante quanto à localização do imóvel. O mesmo situa-se em frente ao Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil Marcos Bueno (CAPS), unidade de saúde que atende crianças e adolescentes em situação de sofrimento psíquico e vulnerabilidade psicossocial. A natureza do trabalho desenvolvido pelo CAPS exige um ambiente tranquilo, com controle de ruídos, estabilidade emocional e privacidade para os atendidos.

Embora o mérito da cessão seja indiscutível, considerando a relevância social da associação beneficiária, entende-se que a realização de eventos e/ou atividades que possam gerar aglomeração ou ruídos intensos nas dependências do imóvel, durante o horário de funcionamento do CAPS, pode interferir na dinâmica terapêutica e comprometer o bem-estar dos usuários do serviço de saúde mental.

Diante do exposto, este relator manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei, sugerindo, contudo, que conste expressamente no instrumento de cessão a vedação à realização de eventos e/ou aglomerações no imóvel nos horários de funcionamento do CAPS Infantojuvenil Marcos Bueno, como forma de garantir a harmonia




entre as ações sociais desenvolvidas e a proteção do ambiente terapêutico da unidade de saúde.

### CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a esta comissão examinar, opino pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 102/2025.

Catalão (GO), 22 de setembro de 2025.

  
 Vereador  
 Leonardo Pereira Moisés  
 Relator

### VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.

  
 Vereador  
 Thomas Marques de Mesquita  
 Presidente

### VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.

  
 Vereadora  
 Kelly Cristina  
 Vogal